



# **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

## **RELATÓRIO PARCIAL DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Coordenador-Geral:** Deputado Delegado Erick Lessa

**Relator:** Deputado Fabrizio Ferraz

### **Membros**

Deputado Alberto Feitosa  
Deputado Álvaro Porto  
Deputado Delegado Erick Lessa  
Deputado Fabrizio Ferraz  
Deputada Delegada Gleide Ângelo  
Deputado Joel da Harpa  
Deputado Lucas Ramos

Recife, janeiro de 2021

# 1. APRESENTAÇÃO

## 1.1 Constituição

A Frente Parlamentar de Segurança Pública tem origem no Requerimento nº 09/2019, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa, aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe) no dia 26 de março de 2019. Sua criação deve-se à latente demanda da sociedade quanto ao constante debate, fiscalização e apresentação de soluções para a problemática da violência em suas diversas vertentes.

Por ser esse um tema de grande relevância social e com múltiplas questões a serem tratadas, dada a sua transversalidade, o colegiado exercerá o papel de trazer voz e visibilidade à questão da segurança pública, constituindo-se em um relevante instrumento de contribuição social por parte desta Casa Legislativa.

Conforme o Requerimento nº 09/2019, a criação da Frente Parlamentar de Segurança Pública tem os seguintes objetivos centrais:

- fomentar o diálogo e a construção com movimentos sociais, servidores públicos, Governo do Estado e Poder Judiciário, quanto às medidas que possam ser propostas no âmbito legislativo e requeridas ao Poder Executivo relativas à segurança pública no Estado de Pernambuco;
- organizar a realização de plenárias descentralizadas nas diversas regiões do Estado de Pernambuco, de forma a colher da população e das gestões municipais as principais demandas sobre a temática da Frente Parlamentar;
- democratizar a discussão de diagnóstico e propositiva através de parcerias com Secretarias de Estado, organizações sociais e instituições de Ensino Superior, além da contribuição de organizações internacionais sobre a matéria objeto da Frente Parlamentar;
- promover o intercâmbio com entes de outras Casas Legislativas, para o aperfeiçoamento recíproco das políticas estatais para segurança pública;
- cobrar dados e relatórios do Poder Executivo nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, quanto às ações implementadas na área de segurança pública;

- monitorar e avaliar as ações do Governo do Estado no tocante à prevenção e ao combate à violência em suas diversas manifestações, bem como na atenção dada às vítimas;
- colaborar com o processo legislativo, de acordo com sua área de pertinência.

Segundo o Regimento Interno da Alepe (Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008), em seu art. 282-A, “o prazo de funcionamento das Frentes Parlamentares é de até dois anos a partir da sua instalação, podendo ser renovável, por igual período, mediante solicitação justificada de qualquer dos membros da entidade, subscrito pela maioria absoluta da Frente Parlamentar”.

## **1.2 Composição**

Na forma do § 4º do art. 280-A do Regimento Interno, o então Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Eriberto Medeiros, deferiu o Requerimento nº 09/2019 em 27 de março de 2019, por meio do Ato Administrativo Parlamentar nº 253/2019, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Legislativo - nº 52 Ano XCVI, página 4, em 28 de março de 2019, designando os seguintes membros para comporem a Frente Parlamentar de Segurança Pública:

**COORDENADOR-GERAL:**

Deputado Delegado Erick Lessa

**MEMBROS:**

Deputado Álvaro Porto (PTB)

Deputado Alberto Feitosa (SD)

Deputado Delegado Erick Lessa (PP)

Deputado Fabrizio Ferraz (PHS)

Deputada Delegada Gleide Ângelo (PSB)

Deputado Joel da Harpa (PP)

Deputado Lucas Ramos (PSB)

### **1.3. Reunião de instalação**

No dia 09 de abril de 2019, ocorreu a Reunião de Instalação da Frente Parlamentar de Segurança Pública, realizada no Plenarinho I - Deputado João Ferreira Lima Filho - do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar. Estiveram presentes todos os seus membros: Deputados Alberto Feitosa, Álvaro Porto, Delegada Gleide Ângelo, Delegado Erick Lessa, Fabrizio Ferraz, Joel da Harpa e Lucas Ramos. Na oportunidade, foi designado o relator do colegiado, o Deputado Fabrizio Ferraz.

Durante a reunião, foram levantadas algumas das atividades a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar de Segurança Pública, conforme abaixo:

- realizar um diagnóstico sobre a situação da segurança pública, a partir da coleta de dados junto ao Poder Executivo Estadual e ao Governo Federal;
- planejar ações para aproximar o colegiado da sociedade e ampliar a participação popular;
- criar uma ouvidoria para o colegiado;
- realizar reuniões no interior do Estado;

Em relação a esse ponto, foi sugerida, pelo Deputado Álvaro Porto, a realização de uma Audiência Pública no município de Canhotinho, no dia 25/04.

- interiorizar o debate, envolvendo Câmaras de Vereadores, prefeituras e conselhos municipais, tanto em municípios que tenham se tornado referência na redução dos índices de criminalidade quanto naqueles que apresentam uma situação mais crítica;
- dialogar com outras Casas Legislativas, movimentos sociais, servidores públicos, gestões municipais e Poder Judiciário;
- viabilizar parcerias com a Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD), Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) e Secretaria de Defesa Social (SDS);
- participar das reuniões de monitoramento do PPV;

Para viabilizar esse pleito, ficou acordado que o colegiado enviaria um ofício ao Governo do Estado.

- acompanhar os investimentos em segurança a partir da criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp);
- debater o papel dos municípios no combate à criminalidade, sobretudo na prevenção à violência;
- transformar a Frente Parlamentar de Segurança Pública em uma Comissão Permanente da Alepe.

Para viabilizar esse pleito, ficou acordado que haveria uma solicitação à comissão que analisa a atualização do Regimento Interno da Casa.

## **2. INTRODUÇÃO**

A Constituição Federal, em seu art. 144, dispõe que a segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. As três primeiras polícias são organizadas e mantidas pela União, enquanto as demais instituições são subordinadas aos Governadores dos Estados.

A segurança da sociedade, portanto, se apresenta como um dos principais requisitos à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres estabelecidos nos ordenamentos jurídicos. Nessa perspectiva, a segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e de organizações da sociedade para ser efetivada.

É necessária, então, a congregação de esforços dos agentes públicos e da sociedade no intuito de construir e implementar soluções que auxiliem no enfrentamento do quadro de insegurança que assola toda a população. Para que o Poder Legislativo Estadual se constitua em um relevante instrumento de contribuição social, dando visibilidade à questão da segurança pública, foi criada a presente Frente Parlamentar de Segurança Pública.

## **3. PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

O Pacto Pela Vida (PPV), política pública estadual de segurança iniciada no ano de 2007, tem como finalidade a redução da criminalidade e o controle da violência em Pernambuco. Seus resultados são mensurados por meio de indicadores principais e indicadores secundários.

O indicador mais importante dessa política pública é o número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), que englobam as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. A série histórica de CVLIs é utilizada para medir o sucesso da política de segurança do Estado. A taxa de CVLI, que indica o número de vítimas por cada 100 mil habitantes, representa, portanto, um

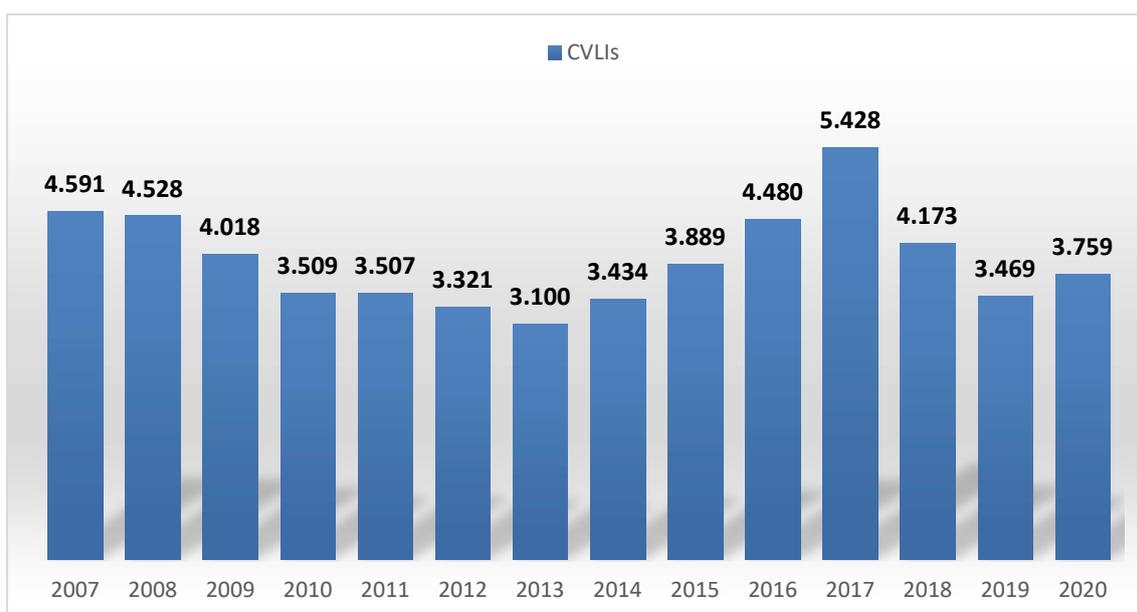
importante indicador, pois torna possível a comparação entre locais com diferentes níveis populacionais.

Um outro indicador principal do PPV é o número de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVPs), que agregam as ocorrências de roubo a instituição financeira, roubo a veículos de transporte de valores, roubo a transeunte, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga, roubo de veículos, roubo a estabelecimento comercial ou de serviços, roubo em residência, roubo em transporte coletivo e outros roubos.

A seguir, são apresentados alguns dados acerca da situação da criminalidade no Estado de Pernambuco:

### 3.1 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs)

Gráfico 1 - Incidência absoluta de CVLIs em Pernambuco (2007-2020)



Fonte: Elaboração própria - Dados oriundos da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

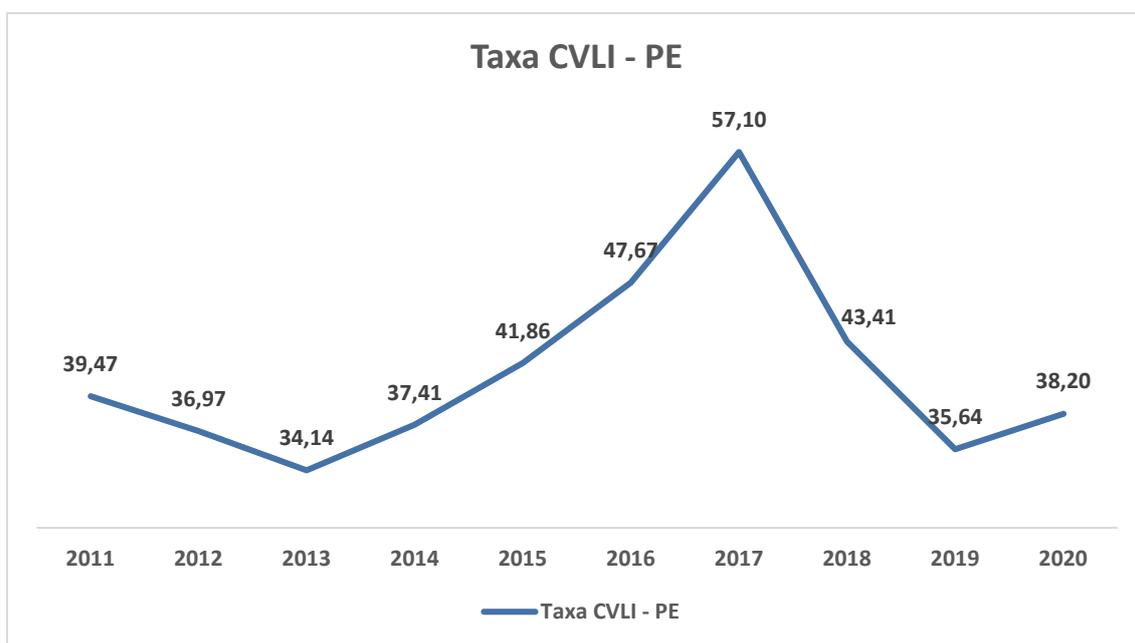
Conforme se observa no gráfico 1, o número absoluto de CVLIs no Estado de Pernambuco foi reduzido de maneira consistente nos primeiros anos após a implantação do PPV, ocorrida em 2007. Até o ano de 2013, essa tendência de queda manteve-se constante.

Contudo, a partir de 2014, houve nova elevação na ocorrência de CVLIs, com uma tendência de alta que perdurou até 2017. Em 2017, a quantidade de casos saltou

para 5.428, ou seja, superior aos patamares observados anteriormente à implantação do PPV.

Os anos de 2018 e 2019, por sua vez, apresentaram seguidas reduções no número absoluto de CVLIs (23% e 17%, respectivamente); em 2020, porém, houve um aumento de 8% em relação ao ano anterior, interrompendo a tendência de queda verificada nos últimos dois anos.

Gráfico 2 - Evolução da Taxa de CVLI por 100 mil habitantes em PE (2011-2020)



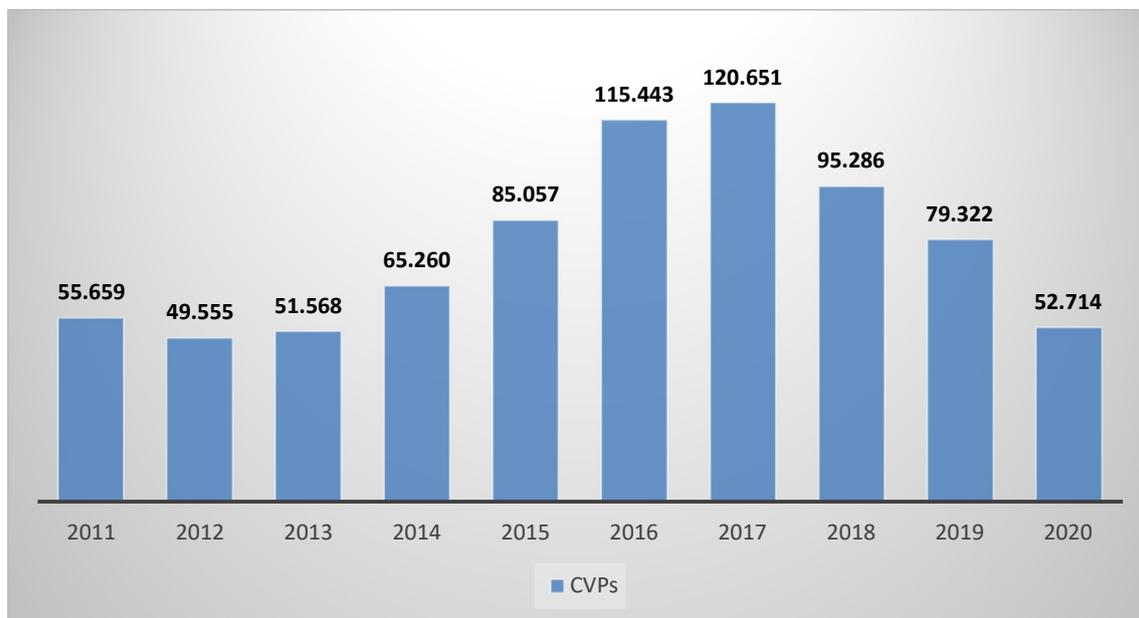
Fonte: Elaboração própria - Dados oriundos dos Informes Mensais da Conjuntura Criminal de PE.

O gráfico 2 apresenta a evolução da Taxa de CVLI por 100 mil habitantes no Estado de Pernambuco, no período de 2011 a 2020. O indicador apresenta um crescimento constante a partir do ano de 2014, permanecendo com esse viés de alta até o ano de 2017.

Nos anos de 2018 e 2019, no entanto, são verificadas quedas sucessivas nesse indicador. Cumpre destacar que a Taxa de CVLI em 2019 encontrava-se abaixo daquela observada no ano de 2011, início da série histórica, e em patamar semelhante ao que se observou no ano de 2013, um dos anos mais bem-sucedidos do PPV. Em 2020, esse índice voltou a crescer, atingindo a taxa de 38,20; esse número, no entanto, ainda permanece bem abaixo daqueles verificados entre os anos de 2015 e 2018.

### 3.2 Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVPs)

Gráfico 3 - Incidência absoluta de CVPs em Pernambuco (2011-2020)



Fonte: Elaboração própria - Dados oriundos da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

Assim como observado no número de CVLIs, a incidência de CVPs em Pernambuco manteve índices mais baixos até o ano de 2013, conforme demonstrado no gráfico 3.

A partir de 2014, no entanto, esse tipo de ocorrência apresentou aumentos expressivos seguidos em relação ao ano anterior: 27% em 2014, 30% em 2015 e 36% em 2016. Em 2017, houve um novo acréscimo no número de CVPs, dessa vez de maneira mais discreta: 5% de aumento comparado ao ano de 2016.

A partir de 2018, no entanto, o número voltou a cair, com uma incidência 21% menor quando comparada ao ano de 2017; em 2019 foi verificada uma nova queda, dessa vez de 17% em relação ao ano anterior. Os números do ano de 2020, que apresentou uma redução de aproximadamente 34% em relação ao quantitativo de CVPs de 2019, encontram-se em patamar próximo ao observado até o ano de 2013.

#### **4. ATIVIDADES**

##### **Reunião com os Agentes Penitenciários**

**Data:** 09/04/2019

Foram discutidos temas como o fortalecimento da categoria e o aumento do efetivo no Estado.

##### **Reunião - Agentes Sócio-Educativos**

**Data:** 16/04/2019

Reunião com representantes do Observatório Nacional dos Profissionais de Segurança.

##### **Reunião com o Governador**

**Data:** 22/04/2019

##### **Audiência Pública (em conjunto com a Comissão de Negócios Municipais da Alepe)**

**Data:** 23/04/2019

##### **Presentes:**

Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas: Cloves Benevides;

Secretário Executivo de Políticas sobre Drogas: Ronaldo Targino;

Secretária Executiva de Prevenção ao Crime e à Violência: Mileane Aguiar.

**Tema:** Discussão do Projeto de Lei nº 130/2019, que institui a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no Estado de Pernambuco.

A Audiência Pública teve como objetivo apresentar aos parlamentares o Projeto de Lei nº 130/2019, que define as diretrizes, os objetivos e o modelo de governança da política de prevenção da violência no Estado de Pernambuco.

O Secretário Cloves Benevides apresentou os detalhes do projeto, que está dividido em 3 eixos principais: estrutura da política pública; comunidades terapêuticas;

e Terceiro Setor/setor empresarial. Definiu a proposta como uma política de segurança transversal e integrada, alinhada ao conceito de segurança cidadã definido pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma iniciativa que visa impedir que o crime aconteça.

Ainda de acordo com Benevides, a nova lei vai complementar as iniciativas do Governo do Estado para reduzir os índices de violência. Por fim, o secretário citou exemplos de ações de prevenção à violência, a exemplo das políticas com foco na juventude, que utilizam a linguagem do esporte, da cultura e da arte como elementos de mobilização, além das iniciativas que possibilitam o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.

### **Reunião - Segurança nas Rodovias**

**Data:** 23/04/2019

Reunião com o Governador do Estado de Pernambuco Paulo Câmara, em conjunto com representantes da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Nordeste (FETRACAN) e do Sindicato de Cargas.

### **Audiência Pública em Canhotinho/PE**

**Data:** 25/04/2019

#### **Presentes:**

Deputados Álvaro Porto, Delegado Erick Lessa, Fabrizio Ferraz e Joel da Harpa;

Prefeitos dos municípios de Canhotinho, Lajedo e São João;

Vereadores do município de Canhotinho;

Representantes do Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES).

**Tema:** A interiorização no debate sobre Segurança Pública.

O coordenador-geral do colegiado, deputado Delegado Erick Lessa, anunciou que o grupo participará da próxima reunião do Programa Pacto pela Vida (PPV), no dia 7 de maio, onde abordará as questões debatidas pela Frente Parlamentar.

Nos discursos das autoridades locais, algumas questões foram elencadas de maneira recorrente pelos presentes ao evento: o aumento da sensação de insegurança da

população e a cobrança por uma apresentação posterior dos encaminhamentos da Audiência Pública. Por fim, foi informada aos parlamentares a existência de um plano de segurança local, a ser enviado posteriormente aos deputados que compõem a Frente Parlamentar.

O Prefeito de Canhotinho, Felipe Porto, lamentou a superlotação do presídio local, e o fato de que os detentos estariam sendo liberados sem a tornozeleira eletrônica, devido à falta de recursos. Por fim, registrou o início da instalação de câmeras de segurança no município.

O Deputado Joel da Harpa elencou os seguintes pontos: necessidade de reavaliação das audiências de custódia; combate ao feminicídio; flexibilização do Estatuto do Desarmamento; redução da maioria penal; oferecimento de melhores condições para os policiais; e não efetivação das emendas parlamentares.

Dentre as demandas levantadas pela população na Audiência Pública, destacam-se as seguintes reivindicações:

- maior combate às drogas e ao feminicídio;
- mais policiamento ostensivo nos distritos e na zona rural;
- criação de uma Guarda Municipal;
- possibilidade de reintegração de policiais aposentados;
- melhor atendimento a mulheres vítimas de violência;
- aumento do efetivo policial;
- efetivação do repasse do FEM Mulher;
- aumento da segurança na rodovia estadual que liga os municípios de Lajedo e Canhotinho.

Segundo o prefeito de Canhotinho, a não instalação de uma Guarda Municipal deve-se à impossibilidade de o guarda municipal ser armado, o que na sua visão, não justifica a implementação da medida.

O diretor de Polícia do Interior, Sérgio Moura, comprometeu-se a disponibilizar uma sala em cada uma das delegacias dos 109 municípios sob sua circunscrição para melhor atender às mulheres, demanda apresentada pela Secretaria da Mulher de Canhotinho.

### **Reunião CONSEG**

**Data:** 03/05/2019

Reunião com representantes do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco (CONSEG-PE), os Srs. Alex Monteiro e Sílvio Barbosa.

### **Reunião com os aprovados no concurso público da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco**

**Data:** 06/05/2019

Foi discutida a demanda acerca da convocação dos aprovados no último concurso público para o cargo de Defensor Público do Estado.

### **Reunião do Pacto Pela Vida (PPV)**

**Data:** 07/05/2019

**Tema:** Aniversário de 12 anos da implementação do PPV no Estado de Pernambuco. Participação da Frente Parlamentar de Segurança Pública na Reunião de Monitoramento do Pacto pela Vida, na pessoa do coordenador do colegiado, Deputado Delegado Erick Lessa.

### **Reunião - Lei de Prevenção à Violência**

**Data:** 15/05/2019

### **Reunião - SDS**

**Data:** 20/05/2019

### **Reunião do Pacto Pela Vida (PPV)**

**Data:** 23/05/2019

Participação na Reunião do PPV, onde o Governador Paulo Câmara apresentou ao Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro o funcionamento, as ações e os resultados do programa.

### **Participação - Posse Aspac**

**Data:** 27/05/2019

### **Reunião Seplag / Funase**

**Data:** 28/05/2019

**Reunião LIDE**

**Data:** 05/06/2019

Reunião com a presença do Vice-Presidente Hamilton Mourão.

**Reunião CERAP**

**Data:** 07/06/2019

**Reunião - CONSEG**

**Data:** 08/06/2019

Debate sobre o papel dos municípios na Segurança Pública.

**Reunião Corpo de Bombeiros**

**Data:** 17/06/2019

**Participação - Programa Justiça e Cidadania**

**Data:** 22/06/2019

Presença do Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas, Cloves Benevides.

**Participação - Documento Frente de Segurança**

**Data:** 15/07/2019

**Reunião do PPV em Garanhuns/PE**

**Data:** 18/07/2019

Discussão sobre a Segurança Pública no Estado de Pernambuco, sobretudo na região do Agreste. O Coordenador-Geral da FPSP, Deputado Delegado Erick Lessa, ressaltou a necessidade de implementação de uma delegacia contra o crime e a corrupção no município de Caruaru.

**Reunião com o Comitê PPV - Seplag**

**Data:** 07/08/2019

Reunião mensal do núcleo gestor do Pacto Pela Vida (PPV), na qual a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP) possui assento permanente.

As reuniões do comitê de governança do PPV são comandadas pelo Governador do Estado (ou, na sua ausência, pelo Secretário de Planejamento e Gestão) e têm como objetivo monitorar os principais indicadores dessa política pública (em especial, os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais e de Crimes Violentos contra o Patrimônio). Contam com a participação dos secretários estaduais envolvidos nas ações, assim como dos chefes e comandantes das forças de segurança pública e de representantes de outros Poderes e de entidades da sociedade civil.

### **Seminário**

**Data:** 09/08/2019

#### **Presentes:**

Secretário de Defesa Social: Antônio de Pádua;

Gerente-Geral de Polícia Científica: Sandra Santos;

Secretária da Mulher: Sílvia Cordeiro;

Secretário de Ressocialização: Cícero Rodrigues.

**Tema:** 1º Seminário de Perícia Criminal em Genética Forense, promovido pela Polícia Científica do Estado.

O evento, que marcou o primeiro ano de criação do Instituto de Genética Forense Eduardo Campos, foi realizado na Assembleia Legislativa, e contou com a participação do coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Pública, Deputado Delegado Erick Lessa.

O Laboratório de Genética Forense, em funcionamento desde o ano de 2012, já vem realizando testes de DNA em vestígios relacionados a investigações policiais. A partir da criação do instituto, mais serviços foram disponibilizados, como a central de custódia de material biológico e um banco de perfis genéticos.

Na abertura do evento, a Gerente-Geral de Polícia Científica, Sandra Santos, afirmou que o instituto é um dos mais modernos do país em termos de equipamentos, além de possuir o maior banco de dados e o maior efetivo do Brasil. Destacou ainda que Pernambuco é pioneiro em relação aos outros Estados por realizar a coleta de

informações de condenados, e ressaltou a capacidade da genética forense de oferecer provas robustas e incontestáveis, revolucionando a investigação criminal no mundo.

As tecnologias forenses utilizam a biologia molecular, como os exames de DNA, para resolver crimes. No evento, os participantes explicaram como é possível identificar ossadas e solucionar casos de estupro e homicídio por meio das informações genéticas da vítima ou do criminoso. A genética forense tem sido fundamental na solução de casos de homicídios em Pernambuco: no ano de 2017, a taxa de resolução de crimes foi de 30%, índice que aumentou para 53% em 2018.

O Deputado Delegado Erick Lessa ressaltou a necessidade de valorizar o papel da ciência aplicada à investigação criminal. Acrescentou que a Frente Parlamentar tem feito articulações buscando a interiorização das ações de segurança pública, e pontuou que, recentemente, a SDS implantou unidades desse tipo nos municípios de Caruaru, Garanhuns e Arcoverde.

A Secretária Estadual da Mulher, Sílvia Cordeiro, sublinhou que a implantação do Instituto de Genética Forense Eduardo Campos é um dos resultados da política estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida (PPV).

O Secretário de Defesa Social, Antônio de Pádua, afirmou que o Poder Executivo não está medindo esforços para equipar as polícias. Por fim, destacou que, a partir da adoção da genética forense, o trabalho policial investigativo ganhou um reforço, e a expectativa da Administração Estadual é de que o percentual de crimes esclarecidos em Pernambuco ao final do ano de 2019 alcance o patamar de 60% de resolutividade.

### **Reunião PPV - Seplag**

**Data:** 22/08/2019

Reunião do núcleo gestor do Pacto Pela Vida (PPV), na qual a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP) possui assento permanente.

### **Reunião com o Comando Geral da Polícia Militar**

**Data:** 28/08/2019

Apresentação do panorama da Segurança Pública no Estado de Pernambuco e discussão sobre a possibilidade de implantação de um Colégio Militar no município de Caruaru.

## **Reunião com o Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas,**

### **Cloves Benevides**

**Data:** 29/08/2019

## **Reunião PPV - Seplag**

**Data:** 04/09/2019

Reunião mensal do núcleo gestor do Pacto Pela Vida (PPV), na qual a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP) possui assento permanente.

## **Reunião na Secretaria de Defesa Social (SDS), com a presença do Secretário**

### **Antônio de Pádua**

**Data:** 17/09/2019

**Tema:** Apresentação do Panorama da Segurança Pública no Estado de Pernambuco.

#### **Presentes:**

Deputados Delegado Erick Lessa, Fabrizio Ferraz, Álvaro Porto, Alberto Feitosa e Joel da Harpa;

Secretário de Defesa Social: Antônio de Pádua

Na reunião, realizada na sede da Secretaria de Defesa Social, o titular da pasta, Antônio de Pádua, apresentou um panorama da segurança pública no Estado de Pernambuco. Dentre os dados apresentados, destacam-se os seguintes:

- queda do número de CVLIs por 21 meses seguidos (segunda melhor sequência na história do Pacto pela Vida);
- aumento do índice de resolução de inquéritos de CVLIs (mais de 50% em 2018);
- 20 municípios não registraram nenhum CVLI em 2019.

Em vista de tais indicadores positivos, o secretário apontou que, em 2019, os resultados do Pacto pela Vida devem se aproximar daqueles verificados nos anos mais bem-sucedidos do programa (2013 e 2014).

Também foram registradas quedas no roubo de cargas e nos roubos e furtos a bancos, caixas eletrônicos e carros fortes. Contudo, registrou-se aumento no furto de cargas, ocorrências que, segundo o secretário, ocorrem majoritariamente nas rodovias federais.

Após expor os referidos dados, o secretário Antônio de Pádua apresentou o plano de investimentos do Estado de Pernambuco para a área de segurança pública no ano de 2019. O orçamento total da segurança pública no ano é de R\$ 4,85 bilhões, configurando-se na maior despesa anual na área em toda a história do Estado de Pernambuco. Entre os investimentos previstos no ano, destacam-se os seguintes:

- construção de novos Grupamentos do Corpo de Bombeiros em Arcoverde e Serra Talhada;
- retomada das obras do complexo de polícia científica em Caruaru e reaparelhamento das unidades regionais de polícia científica;
- ampliação e reforma do Instituto de Criminalística;
- instalação de unidades do Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACO) em Caruaru e Petrolina;
- construção da nova sede da Delegacia de Polícia de Arcoverde;
- construção das novas sedes do 16º e do 28º Batalhões de Polícia Militar, no Cabo de Santo Agostinho e em Itapissuma, respectivamente;
- aquisição de equipamentos de videoconferência para a Corregedoria da SDS;
- aquisição de caminhão-tanque para abastecer as aeronaves do Grupamento Tático Aéreo;
- implementação do Sistema Automatizado de Identificação Biométrica;
- aquisição de novos equipamentos para o Centro Integrado de Inteligência de Defesa Social (CIIDS).

Além disso, o secretário apontou também que haverá um reforço do efetivo das Polícias Militar e Civil, com a convocação de 500 praças e 60 oficiais (PMPE) e de 511

agentes (PCPE). Destacou-se também que há concursos em andamentos para o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e para a Gerência Geral de Polícia Científica.

Após a exposição do secretário, os deputados presentes fizeram algumas observações. O Deputado Álvaro Porto apontou a necessidade de expandir e aperfeiçoar a atuação das patrulhas rurais. O Deputado Alberto Feitosa destacou que a participação dos municípios na segurança pública é pequena, sendo necessário que se estimule um maior protagonismo das prefeituras na prevenção à violência. Frisou também a importância de se estabelecer um percentual mínimo para que os recursos oriundos de taxas cobradas pela SDS sejam destinados à própria secretaria.

O Deputado Fabrizio Ferraz, por sua vez, apontou a necessidade de capacitação constante do corpo profissional das forças de segurança pública. Já o Deputado Delegado Erick Lessa destacou a importância de se aperfeiçoar a atuação conjunta entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. O parlamentar apontou como exemplo o caso dos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs).

Os deputados apontaram ainda a necessidade de maior investimento na área de inteligência e de articulação com a bancada de Pernambuco no Congresso Nacional e com o Governo Federal para atrair investimentos na área de segurança pública para o estado e para evitar o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Por fim, realizou-se convite para que a Secretaria de Defesa Social participe, pelo menos uma vez ao semestre, das reuniões da Frente Parlamentar de Segurança Pública.

### **Reunião com Delegados - Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais**

**Data:** 17/09/2019

### **Participação - Simpósio Técnico Sobre Prevenção à Violência: Do Conceito à Prática**

**Data:** 24/09/2019

Participação em evento organizado pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas, no Museu Cais do Sertão.

### **Reunião Administrativa**

**Data:** 25/09/2019

**Tema:** Balanço das atividades e definição do calendário até o final do ano.

Inicialmente, o coordenador-geral, Deputado Delegado Erick Lessa, apresentou um balanço geral das atividades desempenhadas pelo colegiado até o momento. Em seguida, foi alinhado entre os deputados presentes o calendário de atividades a serem realizadas até o final do ano de 2019. Foi discutida a necessidade de ir a todas as regiões do Estado para discutir a situação específica de criminalidade em cada área, bem como para ouvir as demandas das autoridades e populações locais.

Dessa forma, o grupo parlamentar, que já esteve em Canhotinho (Agreste Meridional) no mês de abril, agendou a realização das seguintes audiências públicas: Caruaru (Agreste Central): dia 08/11, sexta-feira; Serra Talhada (Sertão do Pajeú): dia 25/11, segunda-feira; e Palmares (Mata Sul): 06/12, sexta-feira (a confirmar).

Por fim, foram levantadas ainda as seguintes possibilidades de agenda: Audiência Pública na própria Alepe, para tratar dos índices de violência na RMR; articulação com a bancada federal de Pernambuco e com o Governo Federal (Ministério da Justiça e Segurança Pública / Ministério da Economia) com o objetivo de atrair investimentos na área de segurança pública e descontingenciar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); receber representantes do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco (CONSEG-PE) para discutir o papel dos municípios nas atividades de prevenção à violência.

### **Reunião ADEPPE (Associação dos Delegados de Pernambuco)**

**Data:** 27/09/2019

### **Reunião - Chefia da Polícia Civil**

**Data:** 30/09/2019

### **Instalação Ônibus PC no LBT**

**Data:** 14/10/2019

Atendendo a uma demanda da população do Residencial Luiz Bezerra Torres, no município de Caruaru, foi instalada uma delegacia móvel da Polícia Civil e um trailer da Polícia Militar, em caráter temporário, na localidade.

### **Reunião no Palácio - FUNASE**

**Data:** 22/10/2019

### **Reunião com o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco - Coronel Manoel Cunha**

**Data:** 23/10/2019

### **56 anos do 4º BPM**

**Data:** 25/10/2019

Na ocasião, a Frente Parlamentar de Segurança Pública prestigiou a cerimônia de aniversário do 4º Batalhão da Polícia Militar.

### **Visita – 4ª Delegacia de Atendimento à Mulher**

**Data:** 01/11/2019

Ausulta acerca da situação e das necessidades da unidade, localizada no município de Caruaru (Agreste Central).

### **Visita ao Expresso Cidadão, com o Secretário de Defesa Social, Antônio de Pádua**

**Data:** 05/11/2019

A Frente Parlamentar de Segurança Pública prestigiou a implementação do novo sistema de emissão de carteiras de identidade.

### **Passagem do Comando do Corpo de Bombeiros / Reunião PPV / Lançamento Operação Têxtil**

**Data:** 07/11/2019

## **Audiência Pública em Caruaru/PE**

**Data:** 08/11/2019

### **Presentes:**

Deputados Alberto Feitosa, Álvaro Porto e Delegado Erick Lessa;

Secretário-Executivo da SDS: Humberto Freire de Barros;

Chefe da Polícia Civil: Joselito Kehrle;

Prefeito do município de Barra de Guabiraba: Wilson Madeiro;

Vereadores dos municípios de Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha e Caruaru;

Representantes da Casa Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar, da Secretaria da Mulher, do MPE e da OAB.

**Tema:** Diagnóstico da Segurança Pública no Município de Caruaru e Região Agreste.

Inicialmente, o Coordenador-Geral do colegiado, Deputado Delegado Erick Lessa, apresentou um diagnóstico da segurança pública no município de Caruaru e na RD do Agreste Central, com dados referentes à criminalidade e aos investimentos públicos no setor. Segundo a análise dos números de CVLI até o mês de setembro/19 no município, o parlamentar acredita que, em Caruaru, houve estagnação no combate à criminalidade, na comparação com as estatísticas do mesmo período no ano de 2018.

O deputado mostrou ainda preocupação com o aumento dos casos de violência contra a população feminina na região. Por fim, anunciou que apresentará emenda ao Orçamento com o objetivo de reestruturar o prédio onde hoje funciona a Delegacia da Mulher em Caruaru.

Em seguida, o Secretário-Executivo da SDS, Humberto Freire, fez uma apresentação sobre o trabalho desenvolvido na Área Integrada de Segurança 14 (AIS-14), sediada em Caruaru, e que abrange outros 14 municípios. O gestor estadual apontou uma redução de 38% dos homicídios no município, resultado de uma forte reação do Governo Estadual à criminalidade, iniciada em 2017: contratação de policiais militares, agentes civis e da polícia científica, aquisição de novas viaturas e motocicletas para a Polícia Militar (meio mais ágil de atendimento a ocorrências), e investimento em tecnologia. Ainda de acordo com o secretário, o índice de resolução dos CVLIs segue uma tendência crescente.

Também presente ao evento, o chefe da Polícia Civil, Joselito Kehrle, destacou a significativa redução da criminalidade a partir do ano de 2017, e atribuiu esse resultado

a algumas medidas tomadas pela gestão estadual: contratação de policiais, reforço das equipes, aumento da Taxa de Resolutividade, destinação de investimentos para a área de tecnologia (sistema de reconhecimento facial, por exemplo), dentre outras. Por fim, parabenizou o esforço de toda a corporação para o atingimento dos resultados apresentados.

Em seu discurso inicial, o Deputado Álvaro Porto ressaltou a importância da participação popular na construção de políticas públicas de combate à criminalidade, e a necessidade de ouvir as demandas dos cidadãos residentes no interior do Estado e encaminhá-las às autoridades competentes.

O Deputado Alberto Feitosa, por sua vez, destacou a alta taxa de resolutividade dos crimes no Estado de Pernambuco; ressaltou ainda a importância do Projeto de Lei que tramita no parlamento estadual, o PL nº 439/19, que institui a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamento de monitoramento eletrônico (tornozeleiras eletrônicas) por preso ou apenado no âmbito do Estado de Pernambuco. Por fim, reforçou o pleito de que, a partir das alterações promovidas no Regimento Interno da Alepe, a Frente Parlamentar de Segurança Pública seja transformada em uma Comissão Permanente da Casa.

O vereador do município de Caruaru, Sérgio Siqueira, ressaltou a importância do Disque-Denúncia, e a necessidade da ampliação desse serviço. O Presidente da OAB/Caruaru, Fernando Junior, também se posicionou a favor do Disque Denúncia, e solicitou a aquisição de “escadas magirus” por parte do Corpo de Bombeiros Militar.

Por fim, o vereador do município de Cachoeirinha, Major Moraes, apontou a necessidade de apresentação dos Planos Municipais de Segurança até o ano de 2020, sob pena de não recebimento de recursos da União para a execução de programas ou ações de segurança pública e defesa social.

Dentre as demandas levantadas pela população na Audiência Pública, destacam-se as seguintes reivindicações:

- Implantação de uma Delegacia de Roubos e Furtos no município;
- Segurança inclusiva para surdos, com profissionais capacitados para tal (tradutores de libras);
- Crescente sensação de insegurança dos sulanqueiros;
- Criação de uma espécie de "Juizado dos Sulanqueiros",

- Ampliação do projeto "Patrulha Escolar", com uma maior interação entre PMs e escolas;
- Melhor atendimento a mulheres vítimas de violência;
- Ausência de rabcões em funcionamento no município.

Compareceram à audiência pública o presidente da Comissão dos Aprovados para o cargo de Perito Papiloscopista e os aprovados nos concursos para oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Os presentes destacaram a necessidade de contratação de pessoal em razão do déficit de pessoal verificado, e reivindicaram a nomeação de novos servidores públicos.

Segundo o Secretário Humberto Freire, há um estudo na SDS para implantação de um Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS) no Agreste e um no Sertão do Estado. Em relação à ausência de carros fúnebres no município, apontou que estão sendo tomadas medidas no sentido da aquisição ou locação de novos rabcões.

Por fim, o gestor destacou a importância da Operação Têxtil, que tem como objetivo garantir a segurança dos Polos de Confecções dos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, sobretudo nas épocas em que o movimento nessas áreas é mais intenso. Para isso, é intensificado o policiamento nesses municípios e nas principais rodovias de acesso.

### **Audiência Pública Conjunta - Comissões de Justiça, Finanças, Administração Pública e Cidadania**

**Data:** 11/11/2019

**Tema:** Discussão dos PLs 394/2019 e 439/2019.

A possibilidade de presos e apenados serem cobrados pela utilização de tornozeleiras eletrônicas foi o tema da audiência pública, de iniciativa conjunta das Comissões de Justiça, Finanças, Administração Pública e Cidadania. A proposta está presente nos Projetos de Lei nº 394/2019 e nº 439/2019, de autoria, respectivamente, dos deputados Gustavo Gouveia e Delegado Erick Lessa. Participaram do debate deputados estaduais, o Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, e representantes do MPPE, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública do Estado e da Defensoria Pública da União.

O Coordenador-Geral da Frente Parlamentar de Segurança Pública, Deputado Delegado Erick Lessa, esclareceu que seu objetivo com o projeto é melhorar as condições do sistema prisional como um todo. O parlamentar argumentou que, cobrando pelas tornozeleiras de quem pode pagar, o recurso arrecadado poderia ser utilizado na reestruturação do sistema penitenciário. Pelo texto em tramitação, o valor cobrado a título de ressarcimento pelo gasto com esses equipamentos seria destinado ao Fundo Penitenciário do Estado (Funpepe).

### **Audiência Pública em Serra Talhada/PE**

**Data:** 25/11/2019

**Presentes:**

Deputados Delegado Erick Lessa, Fabrizio Ferraz e Joel da Harpa;  
Secretário-Executivo da SDS: Humberto Freire de Barros;  
Vice-Prefeito do município de Serra Talhada: Márcio Oliveira;  
Secretários Municipais de Serra Talhada e Prefeitos de municípios vizinhos;  
Vereadores dos municípios de Serra Talhada, Brejinho e Triunfo;  
Representantes do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil, da Polícia Militar e demais autoridades da região.

**Tema:** Diagnóstico da Segurança Pública no Município de Serra Talhada.

O Coordenador-Geral da Frente Parlamentar de Segurança Pública, Deputado Delegado Erick Lessa, deu início à Audiência Pública informando que as demandas apresentadas pela população presente ao evento seriam encaminhadas aos órgãos responsáveis, inclusive nas reuniões do núcleo gestor do Pacto Pela Vida, nas quais a Frente Parlamentar possui assento permanente.

O Deputado Fabrizio Ferraz, relator da Frente Parlamentar, ressaltou a importância da discussão direta com o povo. Destacou que, no evento, seriam apresentados os números reais da violência no Estado de Pernambuco, com destaque para a região do Sertão do Pajeú e para o município de Serra Talhada, bem como seriam colhidas informações e sugestões da população, tendo em vista que o morador de cada município é quem melhor conhece a realidade local.

O Deputado Joel da Harpa, por sua vez, destacou que esta é a quarta visita da Frente Parlamentar em municípios do interior do Estado, com o intuito de abordar um

tema complexo como a Segurança Pública. Em suas considerações finais, abordou quatro pontos principais: a implantação de uma Delegacia da Mulher na região; a necessidade de melhora no serviço prestado pelo Instituto Médico Legal (IML); a importância de um bom atendimento à população e a valorização dos profissionais de segurança.

O Secretário-Executivo de Defesa Social, Humberto Freire, apresentou os resultados do PPV, mensurados por meio de indicadores principais e indicadores secundários. O indicador mais importante dessa política pública é o número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs). Humberto Freire destacou a reação do Estado ao aumento dos índices de violência, cujo pico foi no ano de 2017: redução nos índices de CVLI (17% em 2018 e 28% em 2019) e de roubos (19% de redução em 2018 e 29% em 2019).

O secretário informou que o município de Serra Talhada integra a Área Integrada de Segurança 21 (AIS-21), e apresentou dados referentes às ações realizadas pelo 14º BPM na região, a exemplo da Patrulha Maria da Penha, da Operação Madrugada Segura e da Operação Fecha Batalhão, e dos trabalhos preventivos do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd). Por fim, chamou a atenção para a relação entre o mundo das drogas e os índices de homicídio, pois mais de 70% dos assassinatos em Pernambuco têm relação com o tráfico de entorpecentes.

Em sua fala, o Vice-Prefeito de Serra Talhada, Márcio Oliveira, destacou que, apesar de a Constituição estabelecer que a Segurança Pública é prioritariamente papel do Estado, o Município também pode contribuir nessa área. Com isso, citou ações da Prefeitura Municipal nesse sentido, como a finalização do sistema de videomonitoramento (em parceria com a Câmara de Vereadores, CDL e polícias), os investimentos na Guarda Patrimonial e o ganho em eficiência na iluminação pública. A atuação específica na área da educação também foi apontada como uma forma de prevenir a violência.

A Secretária de Saúde de Serra Talhada, Márcia Conrado, pontuou que o município tem o segundo PIB do Sertão do Estado, e que, com o desenvolvimento, aumentam as mazelas sociais. No entanto, ressaltou a diminuição do número de feminicídios, assim como destacou a importância de se implementar uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e de melhorar os serviços do IML na região.

A Secretária-Executiva da Mulher de Serra Talhada, Mônica Cabral, listou as ações empreendidas pela gestão municipal no enfrentamento à violência contra a

mulher. Destacou o trabalho do Centro Especializado de Atendimento à Mulher Francisca Godoy (CEAM), fruto de uma parceria entre os governos municipal e federal. Por fim, também solicitou a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, com abrangência regional, e a aquisição de viatura para a Operação Maria da Penha.

A vereadora de Serra Talhada, Vera Gama, recordou o caso da professora Francisca Godoy, vítima de um emblemático caso de feminicídio no município, na década de 70. Uma das tônicas da audiência pública foi a busca por melhorias no acolhimento às mulheres em situação de violência.

A prefeita de Brejinho, Tânia Maria, reclamou que o município vem sendo esquecido em termos de segurança pública. O índice de homicídios tem sido zero nos dois últimos anos, mas a população se ressentiu com o aumento dos roubos, principalmente de motos e aparelhos celulares.

O Tenente-Coronel Washington Souza, comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar (BPM), informou que está no comando há pouco mais de 06 meses e defendeu que “a PM é uma peça da engrenagem da segurança pública, e que precisa dos demais setores da sociedade”, estimulando os cidadãos a prestarem queixas dos atos ilícitos. Por fim, sugeriu a realização de um estudo acerca da viabilidade de implementação de um serviço de Disque-Denúncia no Sertão, de modo que o cidadão se sinta mais seguro para fornecer informações, devido à certeza do anonimato.

Dentre as demandas levantadas pela população, destacam-se as seguintes reivindicações:

- Intensificar o combate às drogas e ao tráfico;
- Intensificar o combate ao feminicídio;
- Aumentar o policiamento ostensivo nos distritos e na zona rural;
- Aumentar o efetivo policial;
- Reforçar a segurança nas rodovias.

Em resposta à principal demanda apresentada, o secretário-executivo Humberto Freire adiantou que já existem estudos acerca da implementação da Delegacia da Mulher, e que estão sendo analisadas questões como a capacidade de abertura, os limites prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a responsabilidade social da gestão estadual.

O secretário pontuou que a obra da sede do Corpo de Bombeiros Militar será retomada e destacou a necessidade de Serra Talhada diminuir o índice de evasão escolar. Afirmou ainda que a ampliação de rondas nos distritos (conciliando a capacidade operacional com as demandas), a implementação de postos policiais e a ampliação da unidade do IML que atende à AIS-21 serão estudadas pela SDS. Por fim, salientou que a Câmara de Defesa Social analisará os números relativos a roubos no município de Brejinho.

### **Reunião na SDS com o Secretário Antônio de Pádua**

**Data:** 02/12/2019

### **Audiência Pública**

**Data:** 09/12/2019

#### **Presentes:**

Deputados Alberto Feitosa, Delegado Erick Lessa, Fabrizio Ferraz e Joel da Harpa;  
Diretor-Geral de Administração da PMPE: Coronel João Bosco;  
Representantes da categoria e usuários do Sismepe.

**Tema:** Problemas e sugestões de melhorias no Sistema de Saúde dos Militares de Pernambuco (Sismepe).

A audiência pública abordou, principalmente, a situação financeira e as carências de estrutura e pessoal do Centro Médico-Hospitalar (CMH) - conhecido como Hospital da Polícia Militar, assim como de outras unidades vinculadas ao serviço.

A origem do debate adveio de um ofício interno do Sismepe, do dia 19/11, determinando que exames e cirurgias nas redes credenciadas ficassem restritos a emergências, enquanto os procedimentos eletivos seriam deixados para o próximo exercício financeiro.

De acordo com o diretor-geral de Administração da PMPE, coronel João Bosco, o documento representou apenas um procedimento normal de fim de ano do setor público. O diretor apresentou medidas de gestão que estão sendo utilizadas para melhorar a situação da unidade hospitalar: citou a inauguração de salas de psicologia e

psiquiatria, além de novas estruturas de atendimento de alta complexidade no CMH e de medidas como a internalização de procedimentos para a redução de custos.

João Bosco ressaltou ainda que o CMH é o único hospital militar estadual que faz atendimentos de baixa, média e alta complexidade; pontuou que o sistema de saúde militar cobra 1% do salário da categoria, acrescentando o mesmo valor para cada dependente, até o limite de quatro pessoas – bem menos do que é cobrado de servidores civis, por exemplo, no Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado (Sassepe).

Os participantes da audiência, no entanto, ressaltaram o transtorno que a suspensão pode causar, tendo em vista que o período de final do ano facilita a vinda de militares do Interior do Estado e seus dependentes ao Recife para fazer exames, por exemplo. Usuários também se queixaram da demora em atendimentos como mamografias e exames especializados.

Os Deputados Joel da Harpa e Fabrizio Ferraz defenderam a expansão dos serviços do Sismepe no Interior do Estado e a criação de um grupo de fiscalização formado por usuários do sistema. O Deputado Alberto Feitosa, por sua vez, anunciou que vai propor, no ano de 2020, projeto de lei destinando 25% da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio (TPEI), do Corpo de Bombeiros Militar, modalidade da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos (TFUSP), para o Sismepe.

Por fim, o coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Pública, Deputado Delegado Erick Lessa, informou que será criada uma comissão com a participação de deputados estaduais e representantes dos usuários do Sismepe para elaborar propostas e encaminhar soluções junto ao Governo do Estado, em especial, sobre o financiamento do sistema.

### **Reunião PPV - Seplag**

**Data:** 06/02/2020

Reunião mensal do núcleo gestor do Pacto Pela Vida (PPV), na qual a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP) possui assento permanente.

### **Reunião com o Secretário de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas, Cloves Benevides**

**Data:** 11/02/2020

Apresentação das ações de combate à violência e ao uso de drogas, a serem implementadas durante o carnaval, através do “Programa Atitude” e do “Governo Presente”, sobretudo no município de Caruaru.

### **Reunião PPV - Seplag**

**Data:** 04/03/2020

Reunião mensal do núcleo gestor do Pacto Pela Vida (PPV), na qual a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP) possui assento permanente.

### **Visita - Centro Comunitário da Paz (Compaz)**

**Data:** 10/03/2020

Visita ao Compaz Escritor Ariano Suassuna, com a presença do Secretário de Segurança Urbana do Recife, e um dos idealizadores do Compaz, Murilo Cavalcanti, e Ana Cecília Gonzalez, Gerente-Geral da unidade.

O Compaz foi concebido com foco na prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário. O equipamento se destaca pela estrutura e pela quantidade de serviços e atendimentos oferecidos, a exemplo de cursos de capacitação.

### **Inauguração, pela PMPE, da unidade do Sistema Koban em Caruaru - Policiamento Comunitário da Paz**

**Data:** 13/03/2020

Presença do Secretário de Defesa Social, Antônio de Pádua.

O Koban, sistema que age em defesa da cidadania, busca prevenir e combater a criminalidade a partir da construção de uma rede de segurança local; a ideia é que os policiais possam desenvolver laços de proximidade, tornando-se parte daquele território e estabelecendo uma relação de confiança com a comunidade.

Com a inauguração da unidade, os habitantes do município passarão a contar com o policiamento inspirado no modelo japonês de prevenção de crimes. O modelo de

segurança comunitária começou a funcionar no Monte Bom Jesus, abrangendo ainda parte dos bairros do Centenário e São Francisco.

### **Reunião com o Coronel Ely Jobson - Diretoria Integrada do Interior (Dinter) 1 PM**

**Data:** 13/04/2020

### **Reunião - Conselho de Defesa Social**

**Data:** 29/04/2020

Reunião de instalação do Conselho de Defesa Social, que conta com a participação da Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP).

### **Reunião PPV - Seplag**

**Data:** 09/07/2020

Reunião mensal do núcleo gestor do Pacto Pela Vida (PPV), na qual a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP) possui assento permanente.

### **Reunião realizada de forma remota (em conjunto com a Comissão de Administração Pública)**

**Data:** 14/07/2020

#### **Presentes:**

Deputados: Alberto Feitosa, Delegada Gleide Ângelo, Delegado Erick Lessa, Fabrizio Ferraz e Joel da Harpa (FPSP); Antônio Moraes, Isaltino Nascimento, Simone Santana e Tony Gel (CAP); João Paulo.

Secretário de Defesa Social: Antônio de Pádua;

Secretário de Justiça e Direitos Humanos: Pedro Eurico;

Chefe da Polícia Civil: Delegado Nehemias Falcão;

Comandante Geral da PMPE: Coronel Vanildo Maranhão.

**Tema:** Violência na região dos municípios de Limoeiro, Surubim, Passira e Casinhas.

A referida reunião teve como objetivo discutir os índices de violência registrados no interior do Estado de Pernambuco, mais especificamente na região do Agreste Setentrional (municípios de Limoeiro, Passira, Casinhas e Surubim), e a necessidade de desenvolver estratégias e políticas públicas efetivas direcionadas a combater o crime organizado.

Foram destacados ainda os seguintes temas: o alto índice de homicídios praticados contra policiais civis e militares nessa região; a recente fuga dos detentos da Penitenciária Ênio Pessoa Guerra, localizada no município de Limoeiro; e a necessidade de garantir a integridade física e mental dos profissionais de segurança pública.

A Deputada Delegada Gleide Ângelo ressaltou a importância de um debate acerca da necessidade de uma força-tarefa na tentativa da retirada de circulação de indivíduos que fazem parte do crime organizado, desarticulando essas quadrilhas, com a posterior transferência e inclusão desses presos nas penitenciárias federais de segurança máxima.

O Deputado Antônio Moraes destacou a necessidade de implantar um sistema de monitoramento nos principais acessos aos municípios do interior, ferramenta que auxiliaria na prevenção e no combate à criminalidade. Solicitou ainda especial atenção aos roubos de carga ocorridos na região de Bom Jardim.

O Deputado Fabrizio Ferraz destacou o trabalho dos órgãos públicos de segurança, em conjunto com o Poder Judiciário, na tentativa de promover o fim dos conflitos entre famílias no município de Floresta. O Deputado Joel da Harpa apresentou preocupação com o atual cenário da segurança pública, em especial no tocante à saúde física e mental dos profissionais da área, e destacou o alto índice de suicídio entre eles.

O Deputado Isaltino Nascimento propôs diálogos com o Ministério Público, no sentido de reverter as multas no Judiciário Estadual para investimentos em segurança pública, e com senadores e deputados federais, com vistas à adoção de ações objetivas direcionadas à área da segurança pública.

O Deputado Tony Gel ressaltou o perigo do crime organizado, e apresentou demandas direcionadas ao município de Caruaru: reforço do efetivo policial no município, em especial nos bairros São João da Escócia, Salgado, Cidade Jardim e Rendeiras; necessidade de melhorias na estrutura da Dinter I; e demandas específicas para o 4º BPM - Batalhão Barreto de Menezes.

O Deputado João Paulo enfatizou a ausência de diálogo entre os secretários e os deputados para discussão de demandas e do impacto da pandemia sobre a segurança pública, além da falta de recursos e investimentos por parte do Governo Federal. O deputado cobrou também uma maior participação dos demais deputados em um momento tão importante e produtivo.

O Coordenador-Geral do colegiado, Deputado Delegado Erick Lessa, pontuou que o cenário atual exige uma maior interlocução com o Poder Judiciário e o Ministério Público, uma força-tarefa no combate à violência e ao crime organizado. O deputado chamou a atenção ainda para a aprovação, na CCLJ, da criação da Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social, trabalho que contou com a participação da FPSP.

O Secretário de Defesa Social, Antônio de Pádua, informou que no mês de julho ocorreu uma redução de 40% no número de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVPs), resultado do trabalho realizado pelas polícias no combate e prevenção a furtos e roubos a ônibus, carros fortes e cargas, e que 84% dos roubos de cargas são realizados em rodovias federais. Anunciou a implantação de um novo sistema de policiamento, desenvolvido pela Agência Nacional de Polícia do Japão (sistema Koban), que faz parte do projeto “Nossa Presença, Sua Segurança”, com foco no atendimento humanizado à população.

O secretário relatou que, diante do estado de emergência decorrente da pandemia da Covid-19, parte do efetivo está direcionado à prevenção e ao combate ao novo coronavírus. Em relação ao crime organizado no interior do Estado, afirmou que existem grupos de extermínio nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru; quanto às investigações sobre o crime organizado, pontuou que permanecem em sigilo.

O gestor ressaltou que, diante dos crimes ocorridos nos últimos meses contra policiais civis e militares, foi deflagrada a operação “Lança Gloriosa”. Com isso, foi deslocado reforço policial para a região do Agreste Setentrional (Casinhas, Surubim, Limoeiro e Passira), de modo a contribuir no combate à violência e nas investigações. Por fim, sugeriu a realização de mais reuniões nesse sentido, para esclarecer e contribuir nas questões relacionadas à área da segurança pública.

O Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, falou sobre a importância do trabalho realizado à frente da pasta e como presidente do Conselho

Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej). Reforçou a importância das medidas preventivas tomadas contra o novo coronavírus nos presídios, e pontuou que Pernambuco é um dos estados brasileiros que menos liberou presos durante a pandemia.

O secretário destacou ainda a necessidade de um trabalho em conjunto, de reunir outras Assembleias Legislativas com o intuito de unir forças contra o crime organizado e contra movimentos organizados pelas facções do mundo das drogas no Estado; concluindo sua fala, enfatizou que o sistema prisional enfrenta grandes dificuldades, devido à falta de recursos a serem investidos.

O chefe da Polícia Civil, Delegado Nehemias Falcão, afirmou que, quando policiais são atacados, é atacado o Estado. Pontuou ainda que o órgão deu início às investigações e deflagrou uma operação na qual disponibilizou efetivo e viaturas para contribuir nos trabalhos de investigação dos homicídios ocorridos contra policiais civis e militares no interior do Estado.

O Comandante Geral da PMPE, Coronel Vanildo Maranhão, aproveitou a oportunidade para esclarecer alguns fatos ocorridos nos últimos meses no interior do Estado: referente à fuga de 27 detentos da Penitenciária Doutor Ênio Pessoa Guerra, em Limoeiro, ocorrida no dia 09 de julho, informou que os explosivos utilizados pelos bandidos para explodir o muro foram de confecção caseira; quanto ao questionamento do Deputado Joel da Harpa, informou que existe um serviço de acompanhamento psicológico oferecido aos policiais, distribuído em seis municípios pernambucanos, e que Caruaru é um deles.

Em relação ao assassinato do policial militar no município de Passira (cabo Carlos), o comandante afirmou que o crime não tem relação com facção criminosa; tratou-se de crime de latrocínio, e um dos envolvidos já foi preso, enquanto os demais continuam foragidos. Por fim, quanto ao reforço do efetivo no município de Caruaru, mencionado pelo Deputado Tony Gel, declarou que a iniciativa está sendo realizada pelo trabalho do 1º BIESP.

Na reunião, foram apresentados ainda os seguintes dados acerca da violência no Estado de Pernambuco: evolução anual do número de CVLI por região, de janeiro de 2004 a dezembro de 2019; número de CVLI por região, nos meses de janeiro a maio de

2020; e número de CVLI por município que compõe a Região do Agreste Setentrional, de janeiro a maio de 2020.

Por fim, foram comparados os números de vítimas e a Taxa de CVLI no Agreste Setentrional: entre janeiro e maio de 2019, a região apresentou 98 vítimas; no mesmo período, em 2020, foram registradas 68 mortes, o que representou uma redução de 31% em relação ao ano anterior. A Taxa de CVLI, que foi de 14,98 óbitos por 100.000 habitantes nos cinco primeiros meses de 2019, caiu para 10,99 entre janeiro e maio deste ano.

### **Reunião na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Caruaru**

**Data:** 22/07/2020

Reunião para tratar acerca da destinação de emendas parlamentares, com o objetivo de promover a reestruturação da Delegacia da Mulher em Caruaru.

### **Criação da Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social (CSPDS)**

**Data:** 23/07/2020

A criação da Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social foi acatada em Segunda Discussão na Reunião Plenária do dia 23/07/2020. A nova instância para discussão de projetos e fiscalização de políticas públicas do setor é resultado de mudanças no Regimento Interno da Alepe (Resolução nº 905/2008), previstas no Projeto de Resolução nº 1320/2020, de autoria da Mesa Diretora, e materializadas na Resolução nº 1.680, de 23 de julho de 2020.

O colegiado assumirá atribuições que, até então, competiam às Comissões de Justiça e de Administração Pública. Dentre outros, abrangerá os seguintes temas: organização e efetivo das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros; prevenção da violência; enfrentamento de grupos paramilitares e de extermínio; segurança no trânsito; defesa civil; combate ao crime organizado; propriedade e uso de armas; e participação democrática no controle das ações de segurança pública.

A mobilização em torno da criação da Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social é fruto do trabalho desenvolvido pela Frente Parlamentar de

Segurança Pública (FPSP), que tratou o tema como um dos principais objetivos a serem perseguidos desde a sua instalação.

### **Reunião com a Comissão dos aprovados no concurso da Polícia Militar**

**Data:** 12/09/2020

Nessa reunião, foi discutida a demanda acerca da convocação dos aprovados no último concurso público para o órgão.

### **Reunião na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Caruaru**

**Data:** 02/12/2020

Reunião com a Delegada Jimena Gouveia acerca da reestruturação da Delegacia da Mulher em Caruaru.